



NEC Energia e Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente
em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 252P5-015-PB





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
NEC Energia e Participações S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da NEC Energia e Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da NEC Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório sem modificação datado em 02 de março de 2024.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

NEC Energia e Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.679	7.528	39.641	34.347
Contas a receber	5	-	-	8.843	11.769
Impostos a recuperar	7	166	141	1.768	1.596
Partes relacionadas	9	3.696	2.890	4.515	2.880
Adiantamentos concedidos	6	153	102	3.469	883
Outros ativos	8	81	5	1.084	1.465
Total do ativo circulante		10.775	10.666	59.320	52.940
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	-	-	-	246	94
Partes relacionadas	9	23.283	22.758	27.517	22.758
Investimentos	10	212.636	207.408	57.665	62.665
Imobilizado	11	2.111	2.401	221.519	228.375
Intangível	12	1.855	1.701	5.710	5.997
Direito de uso	13	2.594	3.071	2.594	3.071
Total do ativo não circulante		242.479	237.339	315.251	322.960
Total do ativo		253.254	248.005	374.571	375.900

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NEC Energia e Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores	14	378	373	8.091	3.712
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	5.486	12.987
Obrigações sociais	17	2.356	2.113	6.055	5.810
Obrigações tributárias	16	28	25	2.138	1.770
Adiantamento de clientes	-	-	-	33	32
Passivo de arrendamento	13	488	497	488	497
Partes relacionadas	9	644	-	3.364	-
Outros passivos	-	-	-	-	450
Total do passivo circulante		3.894	3.008	25.655	25.258
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	1.147	3.076
Passivo de arrendamento	13	2.538	3.045	2.538	3.045
Obrigações tributárias	16	-	-	-	94
Provisões para riscos	18	-	-	396	68
Partes relacionadas	9	10.908	10.908	10.908	10.908
Tributos diferidos	19	-	-	40.604	42.700
Total do passivo não circulante		13.446	13.953	55.593	59.891
Patrimônio líquido					
	21				
Capital social	21.1	70.548	69.694	70.548	69.694
Reserva de capital		112.638	112.638	112.638	112.638
Reservas de lucros		52.728	48.712	52.728	48.712
		235.914	231.044	235.914	231.044
Participação de não controladores		-	-	57.409	59.707
Total do patrimônio líquido		235.914	231.044	293.323	290.751
Total do passivo e patrimônio líquido		253.254	248.005	374.571	375.900

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NEC Energia e Participações S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	22	-	-	99.591	124.912
Custo das vendas de energia e serviços prestados	23	-	-	(61.193)	(51.167)
Repactuação do risco hidrológico	12	-	-	-	4.016
Lucro bruto		-	-	38.398	77.761
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(163)	(3.899)	(19.719)	(27.493)
Despesas tributárias	-	(167)	(109)	(211)	(211)
Outras receitas (despesas)	25	(5.229)	(15.822)	478	(15.070)
Resultado de equivalência patrimonial	10	12.674	44.879	(3.066)	5.412
Amortização de mais valia	10	-	-	(5.425)	(4.611)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		7.115	25.049	10.455	35.788
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	1.462	917	5.499	5.799
Despesas financeiras	26	(1.561)	(1.631)	(3.206)	(5.035)
Resultado financeiro, líquido		(99)	(714)	2.293	764
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		7.016	24.335	12.748	36.552
Imposto de renda e contribuição social - corrente	27	-	-	(5.002)	(4.204)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	27	-	-	4.342	3.997
Lucro líquido do exercício		7.016	24.335	12.088	36.345
Atribuído aos					
Acionistas controladores	-	-	-	7.016	24.335
Acionistas não controladores	-	-	-	5.072	12.010

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NEC Energia e Participações S.A.

Demonstrações dos resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	7.016	24.335	12.088	36.345
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	7.016	24.335	12.088	36.345
Atribuído aos				
Acionistas controladores			7.016	24.335
Acionistas não controladores			5.072	12.010

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NEC Energia e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Total atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		64.129	112.638	38.985	215.752	61.862	277.614
Aumento de capital	21.1	5.565	-	-	5.565	-	5.565
Distribuição de dividendos	21.4	-	-	(15.000)	(15.000)	(7.788)	(22.788)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	24.335	24.335	12.010	36.345
Efeito de aquisição de minoritários	-	-	-	392	392	(5.585)	(5.193)
Resultado com distribuição desproporcional de dividendos	-	-	-	-	-	(792)	(792)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		69.694	112.638	48.712	231.044	59.707	290.751
Aumento de capital	21.1	854	-	-	854	-	854
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.016	7.016	5.072	12.088
Distribuição de dividendos	21.4	-	-	(3.000)	(3.000)	(7.370)	(10.370)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		70.548	112.638	52.728	235.914	57.409	293.323

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NEC Energia e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		7.016	24.335	12.748	36.552
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas (aplicada nas) atividades operacionais					
Depreciação	11	485	515	15.940	14.873
Amortização direito de uso	13	477	376	477	376
Amortização	12	426	422	876	606
Amortização mais valia	-	-	-	5.425	4.611
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	15	-	-	1.029	2.755
Resultado com equivalência patrimonial	10	(12.674)	(44.879)	(3.066)	(5.412)
Resultado com distribuição desproporcional	10	4.826	15.396	198	(878)
Repactuação do risco hidrológico	12	-	-	-	(4.016)
Resultado na venda de imobilizado	11	-	-	(6.153)	-
Baixa de ativo imobilizado	11	-	-	1.203	-
Juros sobre arrendamento	13 e 26	64	175	64	175
Provisão para riscos	18	-	-	328	-
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	5	-	-	177	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber	5	-	(2.760)	2.749	(3.790)
Adiantamentos concedidos	6	(51)	(88)	(2.586)	(635)
Impostos a recuperar	7	(25)	(48)	(172)	(135)
Depósitos judiciais	-	-	5	(152)	(60)
Dividendos recebidos	10	2.225	22.770	2.443	5.480
Outros ativos	8	(76)	-	381	(280)
Partes relacionadas	9	(230)	-	(3.030)	338
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores	14	5	(270)	4.379	(511)
Obrigações tributárias	16	3	3	2.677	1.858
Obrigações sociais	17	243	205	245	271
Adiantamento de clientes	-	-	-	1	24
Outros passivos	-	-	-	(450)	(832)
Impostos pagos	27	-	-	(5.002)	(4.204)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	15	-	-	(1.443)	(3.057)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		2.714	16.157	29.286	44.109
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de participação societária	10	-	(4.140)	-	(5.250)
Acréscimo do imobilizado	11	(195)	(37)	(14.445)	(9.559)
Acréscimo do intangível	12	(580)	(424)	(589)	(445)
Venda de imobilizado	11 e 25	-	-	10.311	-
Partes relacionadas	9	(457)	(523)	-	(523)
Outros ajustes de investimento	10	395	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(837)	(5.124)	(4.723)	(15.777)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	21.1	854	5.565	854	5.565
Amortização de parcelamentos fiscais	16.1	-	-	157	(72)
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(9.016)	(9.395)
Pagamento de arrendamento	13	(580)	(540)	(580)	(540)
Dividendos distribuídos	21.4	(3.000)	(15.000)	(10.370)	(22.788)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.726)	(9.975)	(19.269)	(27.230)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(849)	1.058	5.294	1.102
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	7.528	6.470	34.347	33.245
No final do exercício	4	6.679	7.528	39.641	34.347
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(849)	1.058	5.294	1.102

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A NEC Energia e Participações S.A., (“Companhia” ou “Controladora”, e em conjunto com sua controlada, “Grupo”), constituída em 18 de agosto de 2020, com sede em Belo Horizonte – MG, tem como objeto social a participação em outras sociedades, seja como quotista ou acionista.

Em julho de 2021, a Companhia tornou-se controladora integral da NEC Operações e Participações em Energia Ltda. (“Controlada” ou “NEC Operações”) e passou, a partir de 1º de julho de 2021 a apresentar os saldos consolidados.

A NEC Operações e Participações em Energia Ltda. é uma sociedade limitada cuja sede está localizada em Belo Horizonte – MG e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades na condição de acionista, sócia ou quotista em caráter permanente ou temporário, investindo, predominantemente em empresas de geração de energia por meio de fontes renováveis, notadamente de origem hídrica, operação e manutenção remota de usinas hidrelétricas; consultoria e assessoria de negócios relacionados à energia elétrica; comercialização de energia elétrica.

Em 18 de agosto de 2022, a CEI Energética Integrada Ltda. passou a deter 2% de participação da NEC Operações mediante integralização de novas quotas no quadro societário da Empresa. A CEI Energética, fundada em novembro de 2004, é uma sociedade e possui participação em empresas de geração de energia por meio de fontes renováveis, de origem hídrica e solar, consultoria e assessoria de negócios relacionadas a energia elétrica e comercialização de energia elétrica.

A seguir, apresentamos os percentuais de participação nas controladas diretas e indiretas e em controladas em conjunto:

	Participação %	
	31/12/2024	31/12/2023
Controladas diretas		
NEC Operações e Partic. Em Energia Ltda.	98,05%	98,05%
Controladas indiretas		
Energia Limpa Participações Ltda.	70,00%	70,00%
GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.	57,00%	57,00%
Pacífico Mascarenhas Energética Ltda..	51,00%	100,00%
Brito Energética Ltda.	100,00%	100,00%
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	100,00%	100,00%
Areal Energias Renováveis Ltda.	100,00%	100,00%
Itacolomi Participações S.A.	73,91%	73,91%
Vila Real Energia S.A.	62,50%	62,50%
Maynard Energética Ltda.	100,00%	100,00%
Polaris Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Arenal Participações S.A.	49,42%	41,84%
Sul de Minas Participações em Energia S.A.	100,00%	0,00%
NEC Geração de Energias Renováveis Ltda.	100,00%	0,00%
Controladas em conjunto		
Costa Rica Energética Ltda..	51%	51%

O Grupo faz a gestão de 18 usinas situadas no Estado de Minas Gerais e no Estado do Mato Grosso do Sul com capacidade de geração de 75,38 MW.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue resumo informativo das controladas da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.:

- **Energia Limpa Participações Ltda. (“Energia Limpa”) – Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.**

A Energia Limpa, sociedade limitada cuja sede está localizada em Rio Casca – MG tem como objetivo:

(i) a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica; e (ii) o comércio atacadista de energia elétrica.

A Energia Limpa iniciou sua operação em abril de 2012, por meio da Usina de Ponte Queimada I.

Em junho de 2012, teve início a operação da segunda usina da Empresa, Usina de Ponte Queimada II.

Em 2016, a Energia Limpa iniciou um projeto de ampliação da capacidade instalada que consistiu na construção de uma nova usina, denominada Nova Ponte Queimada II, substituindo a usina Ponte Queimada II que tinha capacidade instalada de 0,76 MW. A nova usina começou a gerar energia em 15 de janeiro de 2019 e tem capacidade instalada de 3 MW, com direito vitalício de concessão. Em janeiro de 2020 a usina Ponte Queimada I teve sua operação descontinuada.

- **GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A. (“GESM”) – Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.**

A GESM, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de julho de 2012 e tem como objetivo:

(i) a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica; e (ii) o comércio atacadista de energia elétrica.

A GESM gera energia elétrica vendida no mercado livre por meio das hidrelétricas PCH Congonhal I e PCH Paes Leme, com capacidade instalada de 1,82MW e 1,92MW, respectivamente que possuem autorização junto a Aneel para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 10 anos da autorização vigente.

As CGH Congonhal I 0,428MW, CGH Pirambeira 0,53MW, CGH Henrique Portugal 0,8MW, e CGH Ribeirão, 0,18MW, possuem registro junto a Aneel com prazo vitalício.

- **Pacífico Mascarenhas Energética Ltda. (“Pacífico Mascarenhas”) – Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.**

A Pacífico Mascarenhas, sociedade limitada cuja sede está localizada em Belo Horizonte – MG tem como objetivo realizar atividades de geração de energia elétrica.

A filial da Pacífico Mascarenhas foi constituída em 27 de julho de 2017 para comercializar energia por meio da Usina de Pacífico Mascarenhas, classificada como CGH (localizada na Serra do Cipó). A usina passou por um processo de modernização e repotenciação ao longo dos anos de 2021 e 2022 ampliando sua capacidade de 2,9 MW para 5,0 MW, com direito vitalício a exploração.

A Nec Operações era detentora de 100% da Pacífico Mascarenhas. No exercício de 2024, através de atos societários, cedeu quotas da Pacífico Mascarenhas para a Nec Geração de Energia que passou a ter 49% da sociedade. Sendo assim, a Nec Operações teve uma redução no percentual de participação da Pacífico Mascarenhas para 51%.

- **Brito Energética Ltda. (“Brito”) – Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.**

A Brito, sociedade limitada cuja sede está localizada em Ponte Nova – MG, foi constituída em 21 de maio de 2014 e tem como objetivo: (i) a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica; e (ii) o comércio atacadista de energia elétrica.

A Brito comercializa energia por meio das Usinas de Brito e Ituerê, classificadas como CGH, com capacidades instaladas de 2,9 MW e 4,04 MW respectivamente, com o direito vitalício a exploração.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda. (“BEI”) - Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A BEI, sociedade simples limitada, constituída em 10 de janeiro de 2013, com sede em Belo Horizonte – MG, tem como objeto social:

- Operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de engenharia;
- Consultoria na área de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de automação de usinas de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de hidrometria;
- Prestação de serviços de telemetria;
- Prestação de serviços de limpeza e vigilância de usinas de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de telecomunicações; e
- Promoção de treinamentos, cursos e palestras, presenciais ou à distância.

Seus pilares são sustentados por processos definidos, inovação tecnológica e qualificação da equipe, tendo como foco o resultado, soluções aliadas à redução de custos e ampliação da confiabilidade das operações de seus clientes. Tem seu modelo baseado em uma estrutura própria elaborada a partir do conhecimento das melhores práticas do mercado e, atualmente, se tornou referência em operação remota de Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Em 04 de agosto de 2022, através da 11ª Alteração do Contrato Social, ocorreu a saída do sócio minoritário da empresa, fazendo desde então a NEC Operações como única sócia.

• Areal Energias Renováveis Ltda. (“Areal”) - Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A Areal tem por objeto a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.

Areal comercializa energia por meio da Usina de Areal localizada na cidade de Santa Rita de Jacutinga – MG, capacidade instalada de 5,15 MW e garantia física de 3,72 MW

• Itacolomi Participações S.A. (“Itacolomi”) - Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A Itacolomi, sociedade anônima fechada, foi constituída em 26 de fevereiro de 2014, com sede no município de Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social a participação em outras empresas, como quotista ou acionista, em empresas empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Itacolomi, a partir de 30 de abril de 2014, passou a ser detentora de 57,5% das quotas da Vila Real Energia S.A., que naquela oportunidade, ainda não havia promovido a aquisição das quotas da empresa de propósito específico (“SPE”) denominada Maynard Energética Ltda., a qual, conforme se descreverá a seguir, é a empresa que explora ativos de geração de energia elétrica no estado de Minas Gerais.

A Vila Real, por sua vez, a partir de 02 de fevereiro de 2015, passou a ser detentora de 100% das quotas da Maynard, mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária Novelis do Brasil Ltda., bem como a retirada do sócio minoritário.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Vila Real Energia S.A. (“Vila Real”) – Investida da Itacolomi Participações S.A.

A Vila Real, sociedade anônima fechada, foi constituída em 22 de abril de 2014, com sede no município de Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social: **(i)** a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; **(ii)** a elaboração e execução de projetos de produção independente de energia; **(iii)** a participação em outras empresas como quotista ou acionista, bem como de empreendimentos que tenham como objetivo a geração, distribuição, transmissão e distribuição de energia elétrica; **(iv)** a prestação de serviços de consultoria, de natureza pública ou privada, em sua área de atuação; e **(v)** estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

A Vila Real, em 02 de fevereiro de 2015, passou a ser detentora de 99,9% das quotas da Maynard Energética Ltda. mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária Novelis do Brasil Ltda., bem como a retirada do sócio minoritário.

Mediante a referida reestruturação societária realizada na controlada Maynard, a Vila Real, passou a ser controladora dos ativos de geração de energia das usinas de Maynard- PCH Fumaça de 10MW e PCH Furquim 6MW que possuem autorização junto a Aneel para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 10 anos da autorização vigente. As CGH Caboclo 4,42MW, CGH Funil 4,23MW, CGH Prazeres 3,76MW e CGH Salto 4,51MW possuem registro junto a Aneel com direito vitalício a exploração.

• Maynard Energética Ltda. (“Maynard”) – Investida da Vila Real Energia S.A.

A Maynard, com sede no município de Ouro Preto – MG, tem como objeto social a geração, transmissão, distribuição e comércio atacadista de energia elétrica, ou energia de qualquer outra fonte; participação em outras empresas como sócia ou acionista, bem como de empreendimentos que tenham como objetivo a geração, distribuição, transmissão e distribuição de energia elétrica; prestação de serviços de consultoria, de natureza pública ou privada, em sua área de atuação; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

A Maynard comercializa energia elétrica, vendida no mercado livre, por meio das suas hidrelétricas PCH Fumaça, de 10MW, e PCH Furquim de 6MW que possuem autorização junto a Aneel para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 10 anos das autorizações vigentes. As CGH Caboclo de 4,42MW, CGH Funil de 4,23MW, CGH Prazeres de 3,76MW e CGH Salto de 4,51MW possuem registro junto à Aneel com o direito vitalício a exploração.

• Polaris Participações Ltda. (“Polaris”) - Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A Polaris tem por objeto social a participação em outras empresas, seja como quotista ou acionista e possui investimentos nas empresas Arenal e Itacolomi, empresas controladas pela NEC Operações.

Em março de 2022, a NEC Operações, celebrou contrato de compra das quotas dos Srs. Ricardo Valadares Gontijo e Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo, detentores de 100% do capital social da Polaris, e passou a controlar a Empresa.

Uma vez que:

- A Polaris é uma holding pura com o objetivo de carregar investimentos em Arenal e Itacolomi;
- Através de Acordo de Acionistas, o Grupo NEC já controlava as empresas Arenal e Itacolomi; e
- O objetivo do Grupo NEC era remover os acionistas minoritários nestes investimentos.

A Administração do Grupo avaliou a transação e concluiu não se caracterizar uma combinação de negócios. Desta maneira, esta aquisição foi reconhecida como uma aquisição de participação minoritária, na qual a diferença entre os saldos contábeis dos ativos e a contraprestação efetivamente oferecida foi registrada diretamente no patrimônio líquido.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Arenal Participações S.A. (“Arenal”) – Investida Polaris Participações Ltda.

A Arenal, sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 07 de junho de 2018, com sede no município de Belo Horizonte – MG tem como objeto social a participação em outras empresas, como quotista ou acionista, em empresas empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Arenal, a partir de 06 de setembro de 2018, passou a ser detentora de 51% das quotas da Costa Rica Energética Ltda. (“Costa Rica”), mediante a cessão de quotas da sócia EDP Energias do Brasil S.A. e por meio de acordo de quotistas, o controle é compartilhado.

A Administração da Arenal aprovou a adesão da PCH Costa Rica, detentora de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Com consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso da PCH Costa Rica, o prazo de extensão foi de 1.152 dias. A Costa Rica reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da Aneel nº 11.344, em 15 de março de 2022, no valor de R\$ 9.850 mil. Destaca-se que se trata de registro contábil cujos efeitos financeiros passarão a existir a partir do final da outorga vigente em 05 de novembro de 2031.

• NEC Geração de Energias Renováveis Ltda., anteriormente denominada NEC Holding Comercialização de Energia e Participações Ltda. (“Nec Holding”) – Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A NEC Holding, constituída em 08 de março de 2024, está localizada em São Paulo – SP e tem como objetivo social **(i)** a comercialização de energia elétrica por meio de autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), assim como pela participação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), bem como em qualquer entidade ou órgão governamental relacionado à comercialização de energia elétrica, e **(ii)** a participação em outras empresas, seja como quotista ou acionista.

A NEC Holding é controlada pela NEC Operações e Participações em Energia Ltda. (“Controladora”), fazendo parte do grupo econômico formado pelas demais empresas controladas.

A Nec Holding, em 2024, passou a ser detentora de 49% das quotas da Pacífico Mascarenhas Energética Ltda. mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

Em 27 de dezembro de 2024 a Controladora aprovou a alteração da razão social da Empresa de NEC Holding Comercialização de Energia e Participações Ltda. para NEC Geração Energias Renováveis Ltda.

• Sul de Minas Participações em Energia S.A. (“Sul de Minas”) - Investida da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A Sul de Minas, sociedade anônima fechada, foi constituída em 17 de junho de 2024, cuja sede está localizada em Belo Horizonte – MG, controlada 100% pela NEC Operações e Participações em Energia Ltda., tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades na condição de acionista, sócia ou cotista em caráter permanente ou temporário.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios (“going concern”), uma vez que a Administração tem expectativa quanto à manutenção de suas atividades e à disponibilização pelo sócio de recursos financeiros necessários para a continuidade de suas operações em futuro razoavelmente projetável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada por reunião da diretoria, em 28 de fevereiro de 2025.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas, além das demonstrações contábeis individuais da Companhia, estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis, também preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais políticas contábeis

a) Base de consolidação

A NEC Energia e Participações S.A. inclui, em suas demonstrações consolidadas todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações contábeis da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações Contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo NEC são eliminados integralmente nas demonstrações Contábeis consolidadas.

b) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Grupo leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

- (i) O valor da contraprestação transferida, mais;
- (ii) O montante reconhecido de qualquer participação não-Controladora na adquirida, mais;
- (iii) Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos;
- (iv) O montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício

c) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas empresas nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma empresa controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da empresa e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da empresa controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

d) Aquisição de participação de acionistas não controladores

É registrado como transações entre acionistas ("Transações de capital"). Ajustes à participação de não controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos da Companhia em suas coligadas e controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28).

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária nas coligadas e controladas são apresentadas na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da investida.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez e risco insignificante de mercado.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido do Grupo.

g) Contas a receber de clientes

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

h) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros do Grupo incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa e as contas a receber, ambos reconhecidos considerando o custo amortizado.

j) Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; e **(ii)** mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros do Grupo, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores passivos de arrendamento e empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Arrendamentos

Os contratos de arrendamentos transferem para o Grupo substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, em conformidade com as regras previstas pelo CPC 06.

Os pagamentos de arrendamento são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil.

l) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pelo Grupo para a constituição de um novo ativo, incluindo, quando aplicável, os custos com financiamentos.

Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O Grupo utiliza o método e as taxas de depreciação para os itens ligados a operação de geração de energia elétrica, conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Para os demais itens, o Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração do Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: **(a)** reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

n) Intangível**Custo do Intangível**

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Repactuação do Risco Hidrológico

A Administração do Grupo aprovou a adesão das PCHs Furquim e Fumaça (Maynard), detentora de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Como consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso das PCHs Furquim e Fumaça, o prazo de extensão foi de 598 e 571 dias respectivamente. A Maynard reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da Aneel nº 14.286, em 10 de outubro de 2023, no valor total de R\$ 4.016.

o) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

p) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo circulante, quando puderem ser liquidados no prazo de 12 meses após a data do balanço. Do contrário, são classificados como passivo não circulante.

As despesas com juros e custos da transação são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros e custos da transação são incluídos em despesas financeiras.

q) Provisões para riscos

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

r) Imposto de renda e contribuição social

A Controladora NEC Operações e Participações em Energia Ltda., e suas controladas Vila Real, BEI e Arenal são optantes pela apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro real.

As demais investidas e controladas são apuradas pelo lucro presumido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

s) Tributos correntes

O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma:

- **Imposto de renda da pessoa jurídica:** à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240; e
- **Contribuição social sobre o lucro líquido:** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

t) Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias por diferenças temporárias tributáveis referentes a exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e diferenças de base referentes a ganho de capital. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

u) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

1. identificação do contrato com o cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho no contrato;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação; e por fim,
5. reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

As receitas do Grupo se dividem em:

(i) Geração de energia: as receitas de venda de energia são registradas com base na energia gerada entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

(ii) Operação remota de usinas: prestação de serviço pela BEI referente a operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Receitas financeiras: as receitas financeiras são reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i)** O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii)** Que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações contábeis;
- iii)** Que a classificação não é afetada pela probabilidade de o Grupo exercer seu direito de adiar; e
- iv)** Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito do Grupo de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de um Grupo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o documento “Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu pequenas alterações à IFRS 10 (Demonstrações consolidadas), que também afeta o CPC 36 (R3) no Brasil. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais, com o objetivo de esclarecer ou corrigir questões pontuais nas normas contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações principais à IFRS 10 no “Volume 11”: As alterações em **IFRS 10 são pequenas revisões, mas com um impacto relevante na aplicação da norma e na interpretação do controle para fins de consolidação**

i) Esclarecimento sobre a perda de controle: o IASB fez um esclarecimento sobre como as empresas devem tratar a perda de controle de uma subsidiária. A norma agora deixa mais claro o momento exato em que o controle é considerado perdido. Isso é especialmente importante para transações que envolvam venda de subsidiárias ou mudança no controle de uma subsidiária. Uma revisão detalhada dos passos que devem ser seguidos para avaliar se o controle foi realmente perdido, com foco na dados em que o controle deixa de existir.

ii) Avaliação do controle quando há influências externas: a revisão também aborda situações em que o controle de uma participação pode ser afetado por influências externas, como acordos com outras Empresas ou acionistas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/CPC 02: Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando o Grupo consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

O Grupo avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se o Grupo conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade do Grupo de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, o Grupo deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo do Grupo ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como o Grupo estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo.

O Grupo pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. O Grupo não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

O Grupo não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 18 - Apresentação e divulgações nas demonstrações contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e introduziu novas exigências para:

- i)** apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- ii)** apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis; e
- iii)** melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

O Grupo deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando o Grupo aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

O Grupo espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRS 7 e 9: Instrumentos financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

- (i)** esclarecer que um passivo financeiro é desconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desconhecimento;
- (ii)** introduzir uma opção de política contábil para desconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
- (iii)** esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;
- (iv)** esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente;
- (v)** exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis

O Grupo faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado do Grupo nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	35	36	725	969
Aplicações financeiras	6.644	7.492	38.916	33.378
Total	6.679	7.528	39.641	34.347

Em 2024 as aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário (CDB – DI), com risco insignificante de perda de valor, junto ao Itaú, são remuneradas a taxas de mercado de 100,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,5% do CDI em 2023).

5. Contas a receber

O saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes	-	-	2.248	3.709
Clientes não faturados	-	-	6.689	8.407
Total	-	-	8.937	12.116
Provisão para perda duvidosa	-	-	(94)	(347)
Total	-	-	8.843	11.769

O saldo de contas a receber consolidado, refere se substancialmente a venda de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base de dezembro de 2024, porém, faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	(347)	
Provisão constituída	(55)	(347)
Baixas – Títulos não liquidados	308	
Total	(94)	(347)

A Empresa mantém uma provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, visando refletir de maneira apropriada o risco de não recuperação das contas a receber. A provisão é constituída com base no saldo de contas a receber de títulos vencidos acima de 90 dias, e nos critérios de análise de risco de crédito.

A seguir, apresentamos os saldos segregados por faixa de vencimento:

Aging List	Saldo em		%	
	31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	8.597	11.607	96%	96%
Vencidos até 30 dias	190	-	2%	0%
Vencidos entre 31 e 60 dias	56	-	1%	0%
Vencidos entre 61 e 90 dias	-	-	0%	0%
Vencidos entre 91 e 180 dias	-	162	0%	1%
Vencidos há mais de 180 dias	94	347	1%	3%
Total	8.937	12.116	100%	100%

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Adiantamentos concedidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	99	92	3.331	744
Adiantamentos salariais	52	10	119	127
Adiantamentos para viagens	2	-	19	12
Total	153	102	3.469	883

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRJ e IRRF a compensar	104	127	871	536
CSLL a compensar	-	-	422	323
PIS a recuperar	-	-	16	23
Cofins a recuperar	-	-	75	108
ICMS a recuperar	-	-	103	78
Outros impostos a recuperar	62	14	281	528
Total	166	141	1.768	1.596

8. Outros ativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar	81	5	1.084	1.062
Outros ativos	-	-	-	403
Total	81	5	1.084	1.465

9. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são registradas considerando as condições acordadas entre as partes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante - Operacional				
Energia Limpa Participações Ltda.	36	-	36	-
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	62	10	175	10
Maynard Energética Ltda.	284	27	230	17
Brito Energética Ltda.	98	-	125	-
Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.	745	755	715	755
Arenal Participações S.A.	1.260	450	1.260	450
Piumhi Energias Renováveis Ltda.	850	33	850	33
Consórcio Capivari	6	-	6	-
CEI Solar Empreendimentos Energéticos Ltda.	2	-	6	-
Tríade Energias Renováveis Ltda.	318	917	312	917
Rio Preto Energias Renováveis Ltda.	6	455	673	455
Rio Novo Energias Renováveis Ltda.	29	243	121	243
UFV Mozart SPE Ltda.	-	-	6	-
Total do ativo circulante	3.696	2.890	4.515	2.880
Ativo não circulante				
Operacional				
Maynard Energética Ltda.	17	-	30	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
NEC Projetos Solares e Participações Ltda.	51	-	51	-
Mútuo				
CEI Energética Integrada Ltda.	23.215	22.758	27.436	22.758
Total do ativo não circulante	23.283	22.758	27.517	22.758
Total do ativo	26.979	25.648	32.032	25.638
Passivo circulante - Operacional				
GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.	350	-	338	-
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	-	-	-	-
Arenal Participações S.A.	-	-	-	-
Areal Energias Renováveis Ltda.	176	-	184	-
NEC Desenvolvimento de Projetos em Energia S.A.	116	-	116	-
CEI Energética Integrada Ltda.	2	-	2.696	-
Tríade Energias Renováveis Ltda.	-	-	-	-
Vila Real Energia S.A.	-	-	30	-
Maynard Energética Ltda.	-	-	-	-
Brito Energética Ltda.	-	-	-	-
Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.	-	-	-	-
Rio Novo Energias Renováveis Ltda.	-	-	-	-
Total do passivo circulante	644	-	3.364	-
Passivo não circulante				
Mútuo				
Nebras do Brazil Investments 1 Ltda.	10.908	10.908	10.908	10.908
Total do passivo não circulante	10.908	10.908	10.908	10.908
Total do passivo	11.695	10.908	14.716	10.908
Rateio de gestão - Resultado (i)				
Maynard Energética Ltda.	6.703	3.476	-	-
Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.	485	1.329	-	-
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	5.385	3.586	-	-
GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.	810	782	-	-
Energia Limpa Participações Ltda.	417	383	-	-
Brito Energética Ltda.	880	915	-	-
Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda.	-	1.393	-	1.393
Areal Energias Renováveis Ltda.	268	418	-	-
Rio Novo Energias Renováveis Ltda.	349	243	349	243
Companhia Energética Rio Preto	576	455	576	455
Arenal Participações S.A.	919	832	-	-
Piumhi Energias Renováveis Ltda.	1.049	287	1.049	287
Tríade Energias Renováveis Ltda.	1.352	917	1.352	917
Consórcio Capivari	16	66	16	66
CEI Energética Integrada Ltda.	9	40	9	40
NEC Desenvolvimento de Projetos em Energia S.A.	(397)	-	(397)	-
NEC Projetos Solares e Participações Ltda.	117	-	117	-
Total	18.938	15.122	3.071	3.401

(i) O rateio DGA se refere ao compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhados do Grupo NEC, centralizado na Controladora e rateado para as suas controladas, conforme critérios definidos pela Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Nec Operações e Participações em Energia Ltda.	212.636	207.408	57.665	62.655
Total	212.636	207.408	57.665	62.655

Controladora

a) O quadro adiante apresenta a movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	196.163
(+) Aumento de capital	4.140
(+/-) Equivalência patrimonial	44.879
(+/-) Resultado de distribuição desproporcional	(15.396)
(-) Dividendos recebidos	(22.770)
(+/-) Outros ajustes de investimentos	392
Saldo em 31 de dezembro de 2023	207.408
(+/-) Equivalência patrimonial	12.674
(+/-) Resultado de distribuição desproporcional	(4.826)
(-) Dividendos recebidos	(2.225)
(+/-) Outros ajustes de investimentos	(395)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	212.636

b) O quadro a seguir apresenta o saldo de investimento a partir do patrimônio líquido das investidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024		
	Participação %	PL	Saldo
NEC Operações e Participações em Energia Ltda.	98,05%	216.865	212.636
Total		216.865	212.636

	31/12/2023		
	Participação %	PL	Saldo
NEC Operações e Participações em Energia Ltda.	98,05%	211.131	207.408
Total		211.131	207.408

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados das controladas, estão apresentadas a seguir:

31 de dezembro de 2024							
Empresa	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado Acumulado do MEP da investida direta
NEC Operações e Participações em Energia Ltda.	98,05%	221.132	4.267	216.865	12.926	212.636	12.674
Total investimento		221.132	4.267	216.865	12.926	212.636	12.674

31 de dezembro de 2023							
Empresa	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado Acumulado do MEP da investida direta
NEC Operações e Participações em Energia Ltda.	98,05%	214.542	3.411	211.131	45.772	207.408	44.879
Total investimento		214.542	3.411	211.131	45.772	207.408	44.879

Consolidado

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Costa Rica Energética Ltda.	12.876	13.397
Costa Rica Energética Ltda. - Mais Valia	44.789	49.268
Total	57.665	62.665

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A participação de 51% na controlada em conjunto, Costa Rica Energética Ltda., foi adquirida em 06 de setembro de 2018. A Costa Rica tem por objeto a geração de energia elétrica de origem hidráulica como produtor independente de energia.

	Costa Rica
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.466
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	5.412
(+ / -) Resultado com distribuição desproporcional	878
(-) Amortização mais valia	(4.611)
(-) Dividendos recebidos	(5.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62.665
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	3.066
(-) Amortização mais valia	(5.425)
(+ / -) Resultado com distribuição desproporcional	(198)
(-) Dividendos recebidos	(2.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	57.665

d) O quadro a seguir apresenta o saldo de investimento a partir do Patrimônio Líquido das investidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024					
	Participação (%)	Patrimônio líquido	Saldo de participação	Mais valia	Tributos diferidos	Total do investimento
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	25.247	12.876	67.862	(23.073)	57.665
Total		25.247	12.876	67.862	(23.073)	57.665

	31/12/2023					
	Participação (%)	Patrimônio líquido	Saldo de participação	Mais valia	Tributos diferidos	Total do investimento
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	26.269	13.397	74.648	(25.380)	62.665
Total		26.269	13.397	74.648	(25.380)	62.665

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados das controladas, estão apresentadas a seguir:

Posição patrimonial controladas das investidas diretas							
31 de dezembro de 2024							
Empresa	Participação (%)	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado do MEP da investida direta
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	26.149	902	25.247	364	57.665	(2.359)
Total investimento		26.149	902	25.247	364	57.665	(2.359)

Posição patrimonial controladas das investidas diretas							
31 de dezembro de 2023							
Empresa	Participação (%)	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado do MEP da investida direta
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	27.553	1.284	26.269	10.410	62.665	801
Total investimento		27.553	1.284	26.269	10.410	62.665	801

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

a) Movimentação do ativo imobilizado consolidado nos exercícios de 2024 e 2023:

	Saldo em 31/12/2022	Baixas	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	46.105	-	-	-	46.105
Reserv., barragens e adutoras	20.258	-	-	-	20.258
Estruturas civis - Usinas	25.502	-	481	1.247	27.230
Equipamentos Geradores de Energia	53.764	-	1.551	1.507	56.822
Equipamentos de Informática	1.922	-	42	1	1.965
Máquinas e equipamentos	93.150	-	492	3.435	97.077
Móveis e utensílios	1.215	-	29	-	1.244
Veículos	79	-	10	-	89
Edificações/benfeitorias	63.139	-	518	-	63.657
Ferramentas	228	-	-	-	228
Concessões e direitos minerários - VOC	297	-	-	-	297
Imob. em andamento	10.820	-	6.436	(6.190)	11.066
Total do custo	316.479	-	9.559	-	326.038
Reserv., barragens e adutoras	(2.552)	-	(1.114)	-	(3.666)
Estruturas civis - Usinas	(4.242)	-	(841)	-	(5.083)
Equipamentos geradores de energia	(16.283)	-	(2.641)	-	(18.924)
Equipamentos de Informática	(1.023)	-	(287)	-	(1.310)
Máquinas e equipamentos	(20.169)	-	(4.299)	-	(24.468)
Móveis e utensílios	(665)	-	(94)	-	(759)
Veículos	(79)	-	(2)	-	(81)
Edificações/benfeitorias	(37.761)	-	(5.578)	-	(43.339)
Ferramentas	(14)	-	(19)	-	(33)
Total da depreciação acumulada	(82.788)	-	(14.875)	-	(97.663)
Total do imobilizado líquido	233.691	-	(5.316)	-	228.375

	Saldo em 31/12/2023	Baixas	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Terrenos	46.105	(4.158)	10	-	41.957
Reserv., barragens e adutoras	20.258	-	559	24.806	45.623
Estruturas civis - Usinas	19.827	-	-	159	19.986
Equipamentos Geradores de Energia	56.822	(2.085)	263	23.666	78.666
Equipamentos de informática	1.881	-	158	95	2.134
Máquinas e equipamentos	97.078	-	2.108	(24.543)	74.643
Instalações	7.403	-	-	(667)	6.736
Equipamentos eletrônicos	84	-	-	(84)	-
Móveis e utensílios	1.244	-	10	4	1.258
Veículos	89	-	-	(2)	87
Edificações/benfeitorias	63.656	-	-	(18.362)	45.294
Ferramentas	228	-	-	(227)	1
Concessões e direitos minerários - VOC	297	-	-	1	298
Imob. em andamento	11.066	(105)	11.337	(5.920)	16.378
Total do custo	326.038	(6.348)	14.445	(1.074)	333.061
Reserv., barragens e adutoras	(3.666)	-	(1.544)	(10.179)	(15.389)
Estruturas civis - Usinas	(3.938)	-	(701)	(478)	(5.117)
Equipamentos geradores de energia	(18.924)	987	(2.809)	(4.601)	(25.347)
Equipamentos de informática	(1.278)	-	(267)	(3.033)	(4.578)
Máquinas e equipamentos	(24.468)	-	(4.517)	9.951	(19.034)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2023	Baixas	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Instalações	(1.145)	-	(274)	215	(1.204)
Equipamentos eletrônicos	(32)	-	(5)	37	-
Móveis e utensílios	(759)	-	(96)	-	(855)
Veículos	(81)	-	(2)	2	(81)
Edificações/benfeitorias	(43.339)	-	(5.700)	9.102	(39.937)
Ferramentas	(33)	-	(25)	58	-
Total da depreciação acumulada	(97.663)	987	(15.940)	1.074	(111.542)
Total do imobilizado líquido	228.375	(5.361)	(1.495)	-	221.519

No exercício de 2024, foi conduzido um estudo interno e o inventário físico nas usinas de fontes hídricas do grupo. Este procedimento foi realizado sob a supervisão da equipe técnica interna, em conjunto com uma consultoria especializada, que realizou visitas in loco a cada uma das unidades operacionais. Durante o levantamento, foram cuidadosamente avaliados o estado de conservação dos ativos, bem como a sua vida útil, considerando as condições operacionais de cada usina. O objetivo principal deste processo foi assegurar a adequada conciliação entre os registros contábeis do ativo imobilizado e o inventário físico, garantindo a precisão e a integridade das informações patrimoniais.

b) Movimentação do ativo imobilizado da controladora nos exercícios de 2024 e 2023:

Custo	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações/ benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.099	541	772	2.242	4.654
Aquisições	34	-	3	-	37
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.133	541	775	2.242	4.691
Aquisições	144	51	-	-	195
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.277	592	775	2.242	4.886

Depreciação acumulada	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações/ benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(629)	(197)	(287)	(662)	(1.775)
Depreciação	(181)	(54)	(76)	(204)	(515)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(810)	(251)	(363)	(866)	(2.290)
Depreciação	(156)	(49)	(76)	(204)	(485)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(966)	(300)	(439)	(1.070)	(2.775)
Imobilizado, líquido 2023	323	290	412	1.376	2.401
Imobilizado, líquido 2024	311	292	336	1.172	2.111

12. Intangível

a) Movimentação do intangível consolidado nos exercícios de 2024 e 2023:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Saldo em 31/12/2023
Softwares	2.577	318	2.895
Servidões	100	-	100
Repactuação do risco hidrológico (i)	-	4.016	4.016
Projeto em andamentos	-	127	127
Total do custo	2.677	4.461	7.138
(-) Software	(535)	(518)	(1.053)
(-) Repactuação do risco hidrológico	-	(88)	(88)
Total da amortização acumulada	(535)	(606)	(1.141)
Total do intangível líquido	2.142	3.855	5.997

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024
Softwares	2.895	45	2.940
Serviços	100	-	100
Repactuação do risco hidrológico (i)	4.016	-	4.016
Projeto em andamentos	127	544	671
Total do custo	7.138	589	7.727
(-) Software	(1.053)	(522)	(1.575)
(-) Repactuação do risco hidrológico	(88)	(354)	(442)
Total da amortização acumulada	(1.141)	(876)	(2.017)
Total do intangível líquido	5.997	(287)	5.710

(i) Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor (GSF))

Na empresa Maynard, em Reunião de Sócios Quotistas, realizada no dia 05 de outubro de 2021, as Sócias Quotistas ratificaram a adesão das PCHs Furquim e Fumaça detentoras da autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 13.203/2015, conforme alterada pela Lei nº 14.052/2020, e regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, e, por consequência, a desistência de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a renúncia qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE.

Nos termos da Lei nº 13.203/2015, na hipótese de adesão à repactuação do risco hidrológico, os geradores têm direito à extensão do prazo das respectivas outorgas de geração por até sete anos, sendo que, especificamente no caso da empresa, as PCHs Furquim e Fumaça tornaram-se elegíveis aos acréscimo de 598 (quinhentos e noventa e oito) dias e 571 (quinhentos e setenta e um) dias respectivamente, a partir do termo final do prazo originário da outorga de autorização, correspondente às importâncias de R\$ 1.308 e R\$ 2.708 respectivamente, definida e disponibilizada pela Aneel.

A Administração adotou como política contábil o reconhecimento do benefício econômico futuro decorrente da extensão do prazo de outorga, após decisão final da Aneel, que se materializou mediante a expedição da Resolução Autorizativa n. 14.896 de 10 de outubro de 2023. Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa disponível no entendimento da Administração, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE.

O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga. Diante disso, foi reconhecido ativo intangível sob rubrica “Direito de Extensão da Concessão”, correspondente ao referido direito, em contrapartida da rubrica “Repactuação de risco hidrológico” na demonstração do resultado, no montante de R\$ 4.016, o qual é o valor definido e disponibilizado pela Aneel que o objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; a transformou em extensão de outorga por mais 1.169 dias conforme disposto no anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919/2021. A amortização deste ativo intangível ocorrerá pelo prazo em que se espera recuperar o valor contábil.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do intangível da controladora nos exercícios de 2024 e 2023:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Saldo em 31/12/2023
Softwares	2.010	297	2.307
Projeto em andamentos	-	127	127
Total do custo	2.010	424	2.434
(-) Software	(311)	(422)	(733)
Total da amortização acumulada	(311)	(422)	(733)
Total do intangível líquido	1.699	2	1.701

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024
Softwares	2.307	36	2.343
Projeto em andamentos	127	544	671
Total do custo	2.434	580	3.014
(-) Software	(733)	(426)	(1.159)
Total da amortização acumulada	(733)	(426)	(1.159)
Total do intangível líquido	1.701	154	1.855

13. Direito de uso e passivo de arrendamento

a) Ativo de direito de uso - Imóvel

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso de imóvel	3.694	3.724
(-) Amortização do direito de uso	(1.100)	(653)
Total	2.594	3.071

A movimentação do saldo referente ao ativo de direito de uso em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada da seguinte forma:

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.377
Adição e remensuração	1.070
Amortização	(376)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.071
Amortização	(477)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.594

b) Passivo de arrendamento

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa média incremental de 2,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (1,42%, em 2023).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por ocasião de vencimento e renovação do contrato de aluguel, foi apurado com o novo valor mensal, sendo este valor adicional classificado na linha de “Adição e Remensuração”.

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamento a pagar	3.255	3.719
(-) Juros sobre arrendamento	(229)	(177)
Total	3.026	3.542
Circulante	488	497
Não circulante	2.538	3.045

A movimentação do saldo referente ao passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada da seguinte forma:

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.837
Adição e remensuração	1.070
Pagamento de principal e juros	(540)
Juros incorridos	175
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.542
Pagamento de principal e juros	(580)
Juros incorridos	64
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.026

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a abertura do saldo, por período de liquidação, está conforme segue:

	2024	2023
2024		497
2025	488	497
2026	497	497
2027	497	497
2028 em diante	1.704	1.728
Total	3.186	3.716
Juros embutidos	(160)	(174)
Passivo de arrendamento	3.026	3.542

14. Fornecedores

O saldo dos fornecedores em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim demonstrado;

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de serviços e mercadorias	378	373	8.091	3.712
Total	378	373	8.091	3.712

O saldo de fornecedores é substancialmente composto pela provisão de compras de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base dezembro de 2024, porém faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

O saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional	6.770	16.199
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	5.059	13.941
Finame	1.711	2.258
Encargos sobre empréstimos	(137)	(136)
(-) IOF sobre empréstimos bancários	(137)	(136)
Total	6.633	16.063
Circulante	5.486	12.987
Não circulante	1.147	3.076

A seguir estão os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos reconhecidos e as movimentações durante os exercícios:

Empresa	Modalidade	Taxa de juros	Vencimento	Moeda	Valor		
					contratado	31/12/2023	31/12/2024
Energia Limpa	Finame - Hacker	TJLP + 5,6% a.a.	15/12/2027	R\$	2.805	1.402	1.060
Energia Limpa	Finame - Automatic	TJLP + 5,6% a.a.	15/01/2028	R\$	1.734	856	651
Brito	CCB	CDI (0,93 a.m.) + 3,25% a.a.	06/08/2025	R\$	14.000	3.434	1.370
Arenal	CCB	CDI (0,93 a.m.) + 3% a.a.	08/08/2025	R\$	35.000	8.885	3.552
Pacífico	CCB	CDI (0,93 a.m.) + 3,5% a.a.	26/08/2024	R\$	6.500	1.486	-
Total						16.063	6.633

a) Banco Santander – investida Energia Limpa

Em 2018, a Energia Limpa contratou os Finame's Hacker e Automatic, ambos juntos ao Banco Santander para construção de máquinas e equipamentos para Nova Ponte Queimada em 102 parcelas a taxa de juros de TJLP + 5,6% a.a. e com garantia de alienação fiduciária dos equipamentos e direitos creditórios.

Os contratos possuem uma cláusula contratual restritiva financeira ("covenant"), que, em caso de descumprimento, podem resultar em vencimento antecipado da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Administração realizou a análise dos covenants dos contratos de empréstimos e financiamentos e ficou constatado que os indicadores das cláusulas restritivas foram atingidos sem quaisquer objeções.

b) Banco Itaú – Investida Brito

Em 29 de agosto de 2018, a controlada Brito contraiu empréstimo no valor de R\$ 14.000 (quatorze milhões de reais) junto ao Banco Itaú S.A. Tal empréstimo teve como principal objetivo a aquisição da usina de Ituerê. O empréstimo foi dividido em 81 parcelas a taxa de juros de CDI + 3,25% a.a.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Administração realizou a análise dos covenants dos contratos de empréstimos e financiamentos e ficou constatado que os indicadores das cláusulas restritivas foram atingidos sem quaisquer objeções.

A Brito realizou a liquidação do empréstimo descrito na nota 15, no dia 21 de fevereiro de 2025. Com a quitação integral da dívida, todas as obrigações financeiras relacionadas ao empréstimo foram plenamente cumpridas.

c) Banco Itaú – Investida Arenal

Em 2018, a controlada Arenal contraiu empréstimo no valor de R\$35.000 (trinta e cinco milhões de reais) junto ao Banco Itaú S.A. Tal empréstimo teve como principal objetivo a aquisição de participação societária da usina de Costa Rica. O empréstimo foi dividido em 78 parcelas a taxa de juros de CDI + 4,21% a.a.

O contrato contém cláusula contratual restritiva (“covenants”) que estabelece que a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA deverá ser menor ou igual a 2,5x para 2022 e 2,0 para o período de 2024 até a liquidação do contrato, a ser apurado anualmente. Adicionalmente o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), deverá ser maior que 1,2 até integral liquidação da dívida assumida junto ao banco, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido, motivo pelo qual, os saldos estão sendo apresentados integralmente no passivo circulante.

O contrato prevê como formas de garantia a Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Fiança em caso de descumprimento.

A Arenal realizou a liquidação do empréstimo descrito na nota 15, no dia 21 de fevereiro de 2025. Com a quitação integral da dívida, todas as obrigações financeiras relacionadas ao empréstimo foram plenamente cumpridas.

d) Banco Itaú – Investida Pacífico

O contrato de empréstimo do Banco Itaú possui 48 parcelas com vencimento final em agosto de 2024 e taxa de juros de 3,5% ao ano + 100% DI.

O contrato não contém cláusula contratual restritiva (“covenants”).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada no quadro a seguir:

	31/12/2022	(+) Juros provisionados	Amortização	(-) Juros pagos	IOF	31/12/2023
Finame	2.791	295	(528)	(301)	-	2.257
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	22.969	2.323	(8.867)	(2.756)	137	13.806
Total	25.760	2.618	(9.395)	(3.057)	137	16.063

	31/12/2023	(+) Juros provisionados	Amortização	(-) Juros Pagos	IOF	31/12/2024
Finame	2.257	229	(540)	(235)	-	1.711
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	13.806	663	(8.476)	(1.208)	137	4.922
Total	16.063	892	(9.016)	(1.443)	137	6.633

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a abertura do saldo de empréstimos e financiamentos, por períodos de liquidação, está apresentada a seguir:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
2024	-	12.987
2025	5.486	1.905
2026	527	527
2027 em diante	620	644
Total	6.633	16.063

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	-	-	1.074	501
CSLL	-	-	488	403
PIS	1	-	52	87
Cofins	8	4	243	405
CPRB	-	-	136	166
ICMS	-	-	19	9
ISS	5	4	36	45
Tributos retidos na fonte	14	17	90	94
Parcelamentos tributários	-	-	-	154
Total	28	25	2.138	1.864
Circulante	28	25	2.138	1.770
Não circulante	-	-	-	94

16.1. Parcelamentos fiscais

O débito refere-se a valores devidos de ICMS, apurados no período de maio a julho de 2021, após o cancelamento do regime especial de tributação do Grupo em agosto de 2021, o Grupo requereu novamente o regime especial de isenção de ICMS.

A adesão ao parcelamento foi feita em agosto de 2021, na modalidade de denúncia espontânea, promovido pelo programa de “Regularize” do estado de Minas Gerais.

A movimentação do parcelamento tributário em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	214
(+) Juros e encargos sobre o parcelamento	12
(-) Amortização do exercício	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	154
(+) Juros e encargos sobre o parcelamento	3
(-) Amortização do exercício	(157)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

17. Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	514	454	1.573	1.453
Provisão de férias	-	-	1.621	1.650
FGTS a pagar	79	71	234	224
INSS a pagar	230	213	458	489
IRRF sobre folha de pagamento	281	245	602	568
Encargos sociais sobre férias	1.247	1.130	1.247	1.131
Outras obrigações sociais	5	-	320	295
Total	2.356	2.113	6.055	5.810

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisões para riscos

O Grupo é parte em ações judiciais e processos trabalhistas perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza trabalhista, cível e administrativo.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis em cada situação já tomados são suficientes para preservar o patrimônio do Grupo, sendo suficientes as provisões para contingências registradas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os processos considerados pela Administração como de perda provável são como segue:

Consolidado	Saldo 31/12/2023	Adições	Saldo 31/12/2024
Trabalhistas	68	165	233
Cíveis	-	114	114
Ambientais	-	46	46
Processos administrativos	-	3	3
Total	68	328	396

Consolidado	Saldo 31/12/2022	Adições	Saldo 31/12/2023
Trabalhistas	68	-	68
Total	68	-	68

Riscos judiciais possíveis

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	-	979	52	1.000
Tributário	-	-	461	561
Trabalhista	-	-	2.551	984
Ambientais	-	-	4.480	4.831
Total	-	979	9.453	7.376

19. Tributos diferidos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ diferido	29.643	31.115
CSLL diferida	10.716	11.258
PIS e Cofins diferidos	245	327
Total	40.604	42.700

A seguir apresentamos a movimentação dos saldos:

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS/Cofins	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.732	32.411	241	44.384
Estorno imposto diferido sobre receita não faturada ano anterior	(201)	(321)	(240)	(762)
Edifício/benfeitorias (realização)	(4.472)	(4.472)	-	-
Alíquota	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	(402)	(1.118)	-	(1.520)
Máquinas e equipamentos (realização)	(25)	(25)	(25)	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS/Cofins	Total
Alíquota	9%	25%	3,65%	25%
Tributos diferidos	(2)	(6)	(1)	(9)
Intangível/concessão (realização)				-
Alíquota	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	-	-	-	-
Realização avaliação patrimonial	(192)	(192)	-	-
Alíquota	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	(17)	(48)	-	(65)
Imposto diferido sobre receita não faturada	110	92	-	202
Receita não faturada	-	-	8.407	-
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita não faturada	-	-	3,65%	4,65%
Tributos diferidos	-	-	307	307
Receita financeira não resgatada	420	420	-	-
Alíquota de IRPJ e CSLL	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	38	105	-	143
Receita financeira não resgatada	-	-	420	-
Alíquota de PIS e Cofins sobre aplicações financeiras não resgatas	-	-	4,65%	4,65%
Tributos diferidos	-	-	20	20
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.258	31.115	327	42.700
Estorno imposto diferido sobre receita não faturada ano anterior	(94)	(114)	(346)	(554)
Edifício/benfeitorias (realização)	(4.391)	(4.391)	-	-
Alíquota	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	(395)	(1.098)	-	(1.493)
Máquinas e equipamentos (realização)	(895)	(895)	-	-
Alíquota	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	(81)	(224)	-	(304)
Intangível/concessão (realização)	-	-	-	-
Alíquota	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	-	-	-	-
Realização avaliação patrimonial	(767)	(767)	-	-
Alíquota	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	(69)	(192)	-	(261)
Imposto diferido sobre receita não faturada PJ	72	85	-	157
Receita não faturada	-	-	6.689	-
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita não faturada	-	-	3,65%	3,65%
Tributos diferidos	-	-	244	244
Receita financeira não resgatada	279	279	-	-
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	-	25%
Tributos diferidos	25	70	-	95

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS/Cofins	Total
Receita financeira não resgatada	-	-	412	-
Alíquota de PIS e Cofins sobre aplicações financeiras não resgatas	-	-	4,65%	4,65%
Tributos diferidos	-	-	20	20
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.716	29.643	245	40.604

(i) Em 2015, foi constituída provisão referente a Imposto de Renda diferido e Contribuição Social diferida, decorrente de mais valia apurada na operação de combinação de negócio entre a Controlada Vila Real Energia S.A. e a Maynart Energética Ltda.

(ii) Em 2018 a Controlada Arenal Participações S.A. adquiriu o percentual de participação de 51% (cinquenta e um por cento) da Costa Rica Energética Ltda., a operação desencadeou compra vantajosa e intangível decorrente da concessão. Conseqüentemente foram constituídos tributos diferidos.

20. Remuneração do pessoal chave da administração

Os administradores da Companhia renunciaram ao recebimento de remuneração contemplada nos atos constitutivos da Companhia ou, conforme aplicável, nos atos societários que registraram a sua correspondente eleição para os cargos atualmente ocupados.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social

No exercício de 2024 foi aprovado aumento de capital social da Companhia em R\$ 854, mediante a emissão de 20.000 novas ações, das quais 9.980 consistem em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 85,37 por ação, e 20 ações consistem em ações Preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal, com preço R\$ 140,82, 10.000 consistem em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,01 por ação dotadas das características dispostas no Artigo 4º, §2, do Estatuto Social da Companhia, ao preço de emissão de R\$ 404,13 por ação.

O capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ 69.694 passa a ser em 31 de dezembro de 2024 R\$ 70.548 (R\$ 69.694 em 31 de dezembro de 2023), dividido em ações em moeda corrente do país e distribuídas entre os acionistas, conforme demonstrado:

Acionista	31/12/2024			31/12/2023		
	Ações	%	PL	Ações	%	PL
CEI - Energética Integrada Ltda.	406.600	49,34%	34.809	396.600	49,32%	34.376
Nebras Do Brasil Investments1 Ltda.	417.465	50,66%	35.739	407.465	50,68%	35.318
Total	824.065	100%	70.548	804.065	100%	69.694

As ações preferenciais Classe A não terão direito a voto, mas terão prioridade no reembolso de capital em relação às ações ordinárias.

As ações preferenciais Classe B1 não terão direito a voto, mas terão prioridade no reembolso de capital em relação às ações ordinárias e ações preferenciais Classe A e conferirá ao seu titular o direito ao recebimento de dividendo fixo e cumulativo equivalente à variação da inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) com acréscimo de 8,75% ao ano conforme calculado sobre o preço de subscrição de tais ações a ser pago trimestralmente sempre e na medida em que for permitido pela LSA. Considerando as características destas ações, a Companhia apresenta seus efeitos como instrumentos financeiros de dívida, no passivo com partes relacionadas.

As ações preferenciais Classe C não terão direito a voto, mas terão prioridade em relação às ações ordinárias e Ações Preferenciais Classe A, B1 e B2 no recebimento de dividendos fixos e cumulativos apenas nas hipóteses específicas e respeitadas os limites e condições estabelecidos no Acordo de Acionistas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diante o aumento de capital social da Companhia, a acionista CEI Energética, mediante a apresentação do título representativo do Certificado do Bônus de Subscrição nº 01, exerce, com fundamento na Cláusula 3.1 (ii) do Bônus de Subscrição e na Cláusula 4.3.5 (ii) de Acordo de Acionistas da Companhia, os direitos que lhe são conferidos, foram emitidas 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 para todas as ações emitidas.

As ações são segregadas nos tipos Ordinárias e Preferenciais de Classe A, C e B1.

	2023		Total
	CEI - Energética Integrada Ltda.	Nebras Do Brasil Investiments1 Ltda.	
Ordinárias	387.465	386.397	773.862
Classe A	-	1.068	1.068
Classe C	9.135	-	9.135
Classe B1	-	20.000	20.000
Total	396.600	407.465	804.065

	2024		Total
	CEI - Energética Integrada Ltda.	Nebras Do Brasil Investiments1 Ltda.	
Ordinárias	397.465	396.377	793.842
Classe A	-	1.088	1.088
Classe C	9.135	-	9.135
Classe B1	-	20.000	20.000
Total	406.600	417.465	824.065

21.2. Reserva de legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 176% do capital social.

21.3. Transações entre acionistas não controladores

Durante o exercício de 2024, ocorreram pagamentos de dividendos aos acionistas minoritários das empresas GESM, Vila Real, Energia Limpa e Nec Operações no valor de R\$ 7.370 (R\$ 7.788 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

21.4. Reserva de lucro

Durante o exercício de 2024, ocorreram pagamentos de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 3.000 (R\$15.000 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita operacional líquida

O saldo da receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta operações de energia	74.533	101.867
Receita bruta em serviços prestados	33.504	32.811
Receita bruta	108.037	134.678
(-) ICMS	(90)	(76)
(-) PIS / COFINS	(5.712)	(6.865)
(-) ISS	(1.126)	(1.231)
(-) CPRB	(1.508)	(1.594)
(-) Vendas canceladas	(10)	-
Deduções	(8.446)	(9.766)
Receita operacional líquida	99.591	124.912

O preço da energia elétrica no Brasil caiu em 2024 devido a fatores como a redução do preço do polisilício e a melhoria das condições hidrológicas. A melhoria das condições hidrológicas, com o aumento das chuvas, levou a uma redução nos preços da energia elétrica. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reduziu a bandeira tarifária para a amarela a partir de novembro, o que aliviou os custos para os consumidores.

23. Custo das vendas de energia e serviços prestados

O saldo dos custos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo com pessoal e encargos	(21.861)	(15.186)
Compra de energia elétrica (i)	(11.651)	(14.101)
Custos com serviços de terceiros	(702)	(1.862)
Custo com depreciação e amortização (ii)	(10.750)	(6.216)
Materiais, utilidades e serviços	(9.494)	(7.429)
Benefícios	(3.822)	(3.833)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.718)	(1.860)
Serviços de telecomunicação	(824)	(400)
Manutenção das usinas	(361)	(268)
Outros custos	(10)	(12)
Total	(61.193)	(51.167)

(i) O aumento da rubrica de compra de energia elétrica em 2024 ocorreu devido a necessidade de adquirir um volume maior de energia em comparação com 2023, devido às projeções do fator de ajuste do MRE (GSF) da CCEE. Em 2023, os preços da energia elétrica atingiram níveis elevados devido à seca severa e à consequente dependência da geração térmica, que possui custos mais altos. No entanto, em 2024, diversos fatores contribuíram para a redução dos preços, permitindo um ajuste nos valores praticados.

Um dos principais fatores foi a melhoria das condições hidrológicas, com o aumento das chuvas, que ampliou a oferta de energia hidrelétrica, reduzindo a necessidade de geração térmica mais cara. Essa mudança resultou em uma queda nos preços do mercado à vista, impactando também os contratos de médio e longo prazo.

Além disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reduziu a bandeira tarifária para amarela a partir de novembro, proporcionando alívio nos custos para os consumidores. Outro fator relevante foi a queda no preço do polisilício, insumo essencial para a produção de painéis solares, o que reduziu os custos da geração fotovoltaica e contribuiu para a queda geral dos preços de energia no país.

Diante desse cenário, a redução de preço reflete as melhores condições do mercado de energia em 2024, beneficiando tanto consumidores residenciais quanto industriais.

(ii) A depreciação e amortização deve-se somar o custo, a despesa e a amortização de mais valia.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas gerais e administrativas

O saldo das despesas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	(1.388)	(1.313)	(1.118)	(5.028)
Despesas com pessoal	(13.538)	(13.575)	(15.356)	(15.106)
Despesas com materiais, utilidades e serviços	(5.793)	(3.853)	(8.113)	(10.811)
Rateio de despesa administrativa DGA (i)	21.016	15.123	5.456	3.919
Viagens e estadias	(460)	(281)	(588)	(467)
Total	(163)	(3.899)	(19.719)	(27.493)

(i) O rateio DGA se refere ao compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, centralizado na Controladora e rateado para as suas controladas, conforme critérios definidos pela Administração.

25. Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Venda de imobilizado (i)	-	-	10.311	-
Baixa de imobilizado	(8)	-	(4.158)	-
Custo líquido de bens baixados	-	-	(1.104)	-
Ganho ou perda em créditos	-	-	737	697
Serviços com consultoria	(395)	(426)	(462)	(440)
Acordo judicial	-	-	(20)	69
Distribuição desproporcional	(4.826)	(15.396)	(4.826)	(15.396)
Total	(5.229)	(15.822)	478	(15.070)

(i) Em 2024, a Maynard concluiu a venda de 433,1377 hectares localizados na cidade de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia - Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal - Gleba 1, todas situadas no município de Ouro Preto.

26. Resultado financeiro líquido

O saldo do resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	841	475	4.248	5.182
Outras receitas financeiras	621	442	1.251	617
Total	1.462	917	5.499	5.799
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(1.443)	(3.057)
Juros sobre mútuo e parcelamentos fiscais	(1.493)	(1.438)	(1.493)	(1.438)
Juros sobre arrendamentos	(64)	(175)	(64)	(175)
IOF	(3)	(9)	(163)	(168)
Juros e multa	(1)	(9)	(43)	(192)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(5)
Total	(1.561)	(1.631)	(3.206)	(5.035)
Resultado financeiro, líquido	(99)	(714)	2.293	764

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Imposto de renda e contribuição social

A Controladora Nec Energia, sua controlada direta NEC Operações e Participações em Energia Ltda., e suas controladas indiretas Vila Real, BEI e Arenal são optantes pela apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro real. As demais investidas e controladas são apuradas pelo lucro presumido.

Neste regime de apuração o Grupo apura trimestralmente toda a receita bruta auferida e aplica o percentual de presunção estabelecido pela legislação fiscal, de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social – em se tratando das empresas do Grupo geradoras de energia elétrica.

Os resultados da aplicação destes percentuais são somados aos ganhos de capital, dando origem às bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Posteriormente se aplica as alíquotas dos impostos sobre estas bases para se obter a despesa tributária do trimestre.

As alíquotas correspondem a:

(i) 15% para imposto de renda, com 10% de adicional do imposto de renda sobre a parcela da base de cálculo tributável que exceder o valor de R\$ 60 no trimestre; e

(ii) 9% de contribuição social.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL - Empresas optantes pelo lucro presumido	3.743	4.150
IRPJ e CSLL - Empresas optantes pelo lucro real	1.259	54
Total	5.002	4.204

(a) Impostos sobre a renda – Empresas tributadas pelo lucro real:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	17.384	69.172
Ajuste à despesa (receita) nominal		
Resultado de equivalência patrimonial	(12.713)	(71.407)
Outras diferenças permanentes, líquidas	-	(27)
Multas de trânsito	8	13
Evento, comemorações, doações e brindes	7	11
Atualização monetária	(480)	-
Provisão de contingência	81	-
Outras despesas não operacionais	71	38
Receita (despesa) nominal	4.358	(2.200)
Compensação de prejuízo (30%)	-	(9)
Receita (despesa) nominal ajustada	4.358	(2.209)
Imposto de renda 15%	654	(331)
Imposto de renda 10%	388	(269)
(-) PAT	(24)	-
Imposto de renda	1.018	(600)
Contribuição social 9%	392	(199)
Estorno ano anterior	(151)	853
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	1.259	54

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Impostos sobre renda - Empresas tributadas pelo lucro presumido:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de geração de energia	76.241	102.623
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro resumido	6.099	8.210
Outras receitas	2.577	-
Rendimento de aplicações financeiras	1.959	3.336
Base de cálculo do IRPJ	10.635	11.546
Alíquota de 15%	1.595	1.732
Adicional de 10%	916	1.010
IRPJ - Corrente	2.511	2.741
Receita bruta de geração de energia	76.241	102.623
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido	9.149	12.315
Outras receitas	2.577	-
Rendimento de aplicações financeiras	1.959	3.336
Base de cálculo da CSLL	13.685	15.651
Alíquota	9%	9%
CSLL - Corrente	1.232	1.409
Imposto de renda e contribuição social - corrente	3.743	4.150

(c) Impostos sobre renda - Tributos diferidos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ - Diferido	3.190	3.553
CSLL - Diferida	1.152	444
Total	4.342	3.997
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	6.688	9.268
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido sobre receita não faturada	535	741
Alíquota de 15%	80	111
Adicional de 10%	6	23
IRPJ - Diferido	86	135
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido sobre receita não faturada	803	1.112
Alíquota	9%	9%
CSLL - Diferida	72	100
IRPJ e CSLL diferido sobre receita não faturada	158	235

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Estorno provisão ano anterior	(209)	(221)
Receita financeira não resgatada	1.825	473
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL diferido sobre receita financeira não resgatada	621	161
Receita financeira não resgatada	253	-
Alíquota de IRPJ e CSLL	24%	24%
IRPJ e CSLL diferido sobre receita financeira não resgatada	61	-
Receita financeira não resgatada	(2.453)	-
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL diferido sobre receita financeira não resgatada	(834)	-
Receita financeira resgatada	(104)	-
Alíquota de IRPJ e CSLL	24%	24%
IRPJ e CSLL diferido sobre receita financeira resgatada	(25)	-
IRPJ e CSLL diferido	(228)	177
Amortização anual do imobilizado reavaliado	(12.099)	(12.276)
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL diferido sobre reavaliação/mais valia	(4.114)	(4.174)
IRPJ e CSLL diferido do exercício	(4.342)	(3.997)

28. Instrumentos financeiros**28.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos, arrendamento e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa - Custo amortizado	6.679	7.528	39.641	34.347
Contas a receber - Custo amortizado	-	2.807	8.843	14.576
Total	6.679	10.335	48.484	48.923
Passivos financeiros				
Fornecedores - Custo amortizado	378	373	8.091	3.712
Empréstimos e financiamentos - Custo amortizado	-	-	6.633	16.063
Passivo de arrendamento - Custo amortizado	3.026	3.542	3.026	3.542
Total	3.404	3.915	17.750	23.317

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28.2. Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco hidrológico e *Generation Scaling Factor* (GSF);
- Risco de não renovação das concessões;
- Risco regulatório;
- Risco socioambiental.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo.

i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O Grupo está exposto ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, principalmente em relação a contas receber, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria do Grupo de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

Contas a receber com clientes

O risco de crédito com clientes, está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco. A análise de crédito visa minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

iii) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para o Grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

v) Risco hidrológico e Generation Scaling Factor (GSF)

A geração de energia elétrica do Grupo depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõem o parque gerador hidroelétrico do Grupo participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

vi) Risco de não renovação das concessões

GESM: a Companhia detém a autorização da Usinas de Congonhal I e Paes Leme, cujo vencimento se dá em 11 de janeiro de 2031.

Magnart: a Empresa detém a autorização da Usinas de Fumaça e Furquim e, cujo vencimento se dá em 12 de dezembro de 2034 e 26 de junho de 2035.

Energia Limpa: a Empresa detém a autorização da Usina de Nova Ponte Queimada, cujo vencimento se dá em 28 de dezembro de 2053.

Areal: a Companhia detém a autorização da Usina de Areal, cujo vencimento se dá em 26 de outubro de 2035.

Pacífico: a Companhia detém a autorização da Usina de Pacífico Mascarenhas, cujo vencimento se dá em 13 de abril de 2055.

vii) Risco regulatório

As atividades do Grupo são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

viii) Risco socioambiental

O Grupo está sujeito a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

O Grupo realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

O Grupo considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Seguros**Seguro operacional**

Em 31 de outubro de 2023, foram renovados a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos, estrutura de obras, móveis e utensílios, inclusive bens de terceiros sob guarda e/ou custódia do segurado que façam parte do Valor em Risco Declarado das Centrais Geradoras, com vigência até 31 de outubro de 2024, no montante limite de R\$ 20.000 para as empresas cosseguradas do grupo **(i)** Brito Energética Ltda.; **(ii)** BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; **(iii)** GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda.; **(v)** Costa Rica Energética Ltda.; **(vi)** CEI – Energética Integrada Ltda.; **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda.; e **(viii)** Maynart Energética Ltda.

Seguro de responsabilidade civil

Em 31 de outubro de 2023, foram renovados a cobertura de seguro para riscos de responsabilidade civil sobre: **(i)** Sentença judicial transitada em julgado decorrente de risco coberto nas condições contratuais; ou **(ii)** Acordo com os terceiros prejudicados, autorizado de modo expresso pela Seguradora; em ambas as hipóteses desde que as quantias sejam relativas a reparações por danos involuntários, físicos à pessoa e/ou danos materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência deste seguro e que decorram de riscos por ele cobertos com vigência até 30 de outubro de 2024 e montante limite de R\$ 13.400 para todas as empresas cosseguradas: **(i)** Brito Energética Ltda.; **(ii)** BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; **(iii)** GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda.; **(v)** Costa Rica Energética Ltda.; **(vi)** CEI – Energética Integrada Ltda.; **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda.; **(viii)** Maynart Energética Ltda.; **(ix)** Energia Limpa Participações Ltda.; **(x)** Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; **(xi)** Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; e **(xi)** Tríade Energias Renováveis Ltda.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente não foram analisadas pelo nosso auditor independente.

30. Transações que não impactaram caixa

A empresa realizou transações que não geraram efeitos de caixa que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adição contratos de arrendamento	-	1.070	-	1.070
Provisão para perdas de créditos esperadas - Brasil Energia Inteligente Ltda (i)	-	-	94	-
Provisão para perdas de créditos esperadas - Brito Energética Ltda (i)	-	-	44	-
Integralização de Capital - Nec Operações em Energia S.A (ii)	-	-	11.279	-
Total	-	1.070	11.417	1.070

(i) O saldo de PCLD demonstrado em 2023 foi baixado em 2024 do contas a receber, pois a empresa avaliou que se trata de um valor não recuperável.

(ii) Em 2024, a sócia NEC Operações e Participações em Energia Ltda. realizou a integralização do capital social da empresa de 11.279.364 quotas, com valor nominal unitário de um real, por meio do investimento na Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Eventos subsequentes

O Grupo adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a data de aprovação pela diretoria.

As empresas Arenal e Brito realizaram a liquidação do empréstimo descrito na nota 15, no dia 21 de fevereiro de 2025. Com a quitação integral da dívida, todas as obrigações financeiras relacionadas ao empréstimo foram plenamente cumpridas.

Entre 31 de dezembro de 2024 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requeressem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

* * *

Maria Tereza Diniz Carneiro

Maria Tereza Diniz Carneiro

Diretora

CPF: 013.460.826-77

Mauricio Aquino Halewicz

Mauricio Aquino Halewicz

Diretor

CPF: 694.701.200-78

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54